**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÃO E AVANÇOS**

**SILVA**, Anina Carvalho da Silva¹

**SANTOS**, Juciara de Souza Santos¹

**SILVA**, Silvana Ferreira²

**RESUMO**

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a avaliação na educação infantil a partir de novas concepções sobre o ato de avaliar e os avanços teóricos que surgiram nas últimas décadas no Brasil. Assim, o conceito de avaliação, pode ser analisado a partir de diferentes óticas, possibilitando uma reflexão sobre a avaliação global, individualizada e que respeite o desenvolvimento de cada criança. Sendo assim, este artigo foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfica fundamentada na discussão de documentos oficiais relacionado a educação infantil e das políticas implementadas pelo MEC a subsidiar a prática dos professores que atuam na área da educação infantil. Além disso, discute a forma que o professor deve utilizar a ética no ato de avaliar o aluno de uma forma multireferencial com base na participação grupal.

**Palavras-chave:** Avaliação – Educação Infantil – Políticas Educacionais.

**ABSTRACT**

This article proposes a reflection on the evaluation of early childhood education from new conceptions of the act of evaluating and theoretical advances that have emerged in recent decades in Brazil. Thus, the concept of evaluation can be analyzed from different perspectives, allowing a debate on the comprehensive assessment, individualized and respecting the development of each child. Therefore, this article was compiled from a literature review based on the discussion of official documents related to early childhood education and the policies implemented by the Education Ministry to subsidize the practice of teachers working in the field of early childhood education. In addition, it discusses the way that the teacher should use the ethical act of student assessment in a multi-referential based on group participation.

Keywords: Evaluation - Early Childhood Education - Educational Policy.

¹Graduandas do curso de pedagogia docência e gestão nos processos educativos do 8º semestre

2 Professora orientadora de TCC, docente da UNEB – Universidade do Estado da Bahia Campus XIII - Itaberaba - Bahia e doutoranda em Educação.

1. **INTRODUÇÃO**

A elaboração do referido artigo surgiu a partir das observações do fazer docente e das atuações das autoras na educação infantil, que nos levou a questionar a concepção da avaliação na pré-escola e sobre os impasses e avanços ocorridos nas práticas avaliativas desta fase escolar, a partir de uma revisão bibliográfica intitulada: Avaliação na Educação Infantil: Reflexão e Avanços. A finalidade de refletirmos a mesma ocorre na educação infantil no Brasil, analisando seus avanços após discussões e medidas implantadas pelas políticas educacionais. Partindo desta ótica, notamos que o ato de avaliar requer um olhar diferenciado para os seus alunos, onde o docente possa analisar a construção do conhecimento da criança, observando se a mesma atingiu a aprendizagem com sucesso de acordo com o planejamento escolar. Pois a avaliação se dá na prática de nossas vidas, sendo vista de forma conseqüente ou inconseqüente.

Portanto, durante a nossa prática pedagógica ocorrida no período de estágio supervisionado na educação infantil, percebemos a inexistência de uma avaliação global na escola infantil que atuamos.

Conforme recomenda os RCNs (Referencial Curricular Nacional) que orienta o trabalho do professor, principalmente mostrando como o docente pode avaliar na Educação Infantil e a LDB (Lei de Diretrizes e Base na Educação Infantil) que regulamentam as políticas educacionais, a avaliação deve ocorrer através de portfólio, participação das aulas, entre outros. Além disso, estes documentos estabelecem tanto para o educador quanto para a organização do espaço critérios para implementação da educação infantil dentro da escola quanto para avaliação do desenvolvimento da criança.

Diante disso, é que o assunto a ser discutido passou a ser instrumento de investigação para o nosso trabalho na perspectiva de despertar a relevância sobre o referido tema para a reflexão do professor que atua nas séries iniciais, principalmente com alunos de 0 a 6 anos. Por isso, o interesse de focar na área avaliativa, onde a mesma é apontada como um elemento enigmático e ao mesmo tempo encantador quando observada as descobertas das crianças pelos educadores que se defrontam com esta ação.

Dentro desta conjuntura, a avaliação passa a ser de grande teor não somente para os docentes, mas também para a sociedade, pois a família precisa compreender o porquê que a criança é avaliada nos âmbitos educacionais e perceber que a mesma ocorre no nosso dia-a-dia, onde somos avaliados constantemente pelos outros. Sendo assim, este artigo dá sua contribuição para professores da área de educação infantil e aqueles que gostam do tema e querem se aperfeiçoar em uma concepção mais acentuada de como trabalhar com o ato avaliativo no âmbito escolar e da sociedade que os cerca.

Este artigo aborda sobre a necessidade do docente refletir sobre a sua prática avaliativa e pedagógica e a partir daí fazer com que o discente avance na sua aprendizagem. Além disso, alguns teóricos sinalizam que há ainda professores que avaliam o aluno através de premiações, onde a criança acaba tendo um conhecimento fragmentado.

Discutiremos, também, sobre como avaliar na educação infantil, onde o docente tem que saber como planejar suas aulas e aplicá-las de acordo com as políticas educacionais, observando a relação da criança com colegas e com adultos e diante disso, o professor registrar o desenvolvimento da mesma e do seu modo de agir, seja individualmente ou com outras pessoas. Ressaltando que para o educador construir o seu ato avaliativo, é necessário que haja diálogos com a família ou responsável da criança, colocando-os ciente sobre os episódios que ocorreu com ela.

Por último, refletiremos sobre a importância que deve ser dada às políticas educacionais implantadas para orientar o trabalho docente e a organização do espaço escolar, onde o professor deve preparar-se para receber às crianças da educação infantil, investindo na valorização e formação continuada além de estabelecer objetivos e metas pedagógicas que devem ser alcançadas pelas crianças no decorrer do desenvolvimento da sua aprendizagem.

1. **PONTOS E CONTRAPONTOS DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A avaliação deve ser compreendida pelo professor, para que possa rever seus conceitos e analisar quem está “errando”, assim o mesmo poderá tomar as devidas providências para repensar a sua forma de avaliar e atuar, pois é natural quando colocam somente os alunos como seres que tem que ser avaliado, mas é preciso identificar e analisar os “erros” para dar continuidade a um trabalho democrático e satisfatório, verificando também as falhas do professor durante a sua prática pedagógica. Através dos “erros” ocasionados pelos alunos, farão com que o docente investigue a forma como eles percebem o mundo. Hoffmann (1999, p. 20) reafirma que “os erros, as dúvidas dos alunos, são consideradas como episódios altamente significativos e impulsionadores da ação educativa. Serão eles que permitirão ao professor observar e investigar como o aluno se posiciona diante do mundo ao construir suas verdades.” A reflexão sobre a prática é imprescindível, pois o docente necessita analisar como está sendo desenvolvido seu trabalho perante aos alunos da educação infantil, onde requer um olhar mais aguçado em que deverá observar o avanço de cada criança, nestes termos, o autor Batalloso, (1995, p. 50) fala com clareza:

Uma prática educativa que não garanta a possibilidade de refletir com liberdade sobre ela não pode ser considerada democrática. Se, como profissionais da educação, somos incapazes de avaliar as avaliações e fazer com que nossos alunos usem sua voz – muitas vezes silenciada – para expressar suas dúvidas, suas inquietações, seus sentimentos e suas propostas, não podemos falar de avaliação democrática.

Então, podemos perceber que quando o professor deixa o aluno a vontade para questionar aquilo que ele está em dúvida, consegue evoluir e transforma o ato avaliativo em um ato democrático, possibilitando que todos participam das discussões.

Contudo, os autores Kaufman, Castedo, Teruggi e Molinari (1998), enfatizam que a avaliação ainda é vista como um problema técnico-pedagógico, sendo que a mesma ainda é utilizada como uma forma de premiar a criança ou castigá-la, e com isso os alunos castigados sofrem sérias consequências sociais como a evasão escolar, o sentimento de inferioridade e de incapacidade de aprendizagem para compreender determinados conteúdos, prejudicando, assim, o seu desenvolvimento cognitivo e pessoal. Ainda fazem a reflexão sobre o ato de avaliar e premiar mostrando que, muitas vezes, a escola atribui o fracasso escolar à criança, quando na verdade “não avalia” as condições que as instituições estão oferecendo a estas crianças, para que elas realmente possam aprender e qual a prática deste professor diante deste “não aprendizado” nos primeiros anos escolares. É importante observar que estas dificuldades podem ser causadas pela falta de habilidade da criança na escrita, onde ela não consegue expressar o seu pensamento, sendo muitas vezes avaliadas da mesma forma pelo professor. Diante disso, o educador ao analisar a situação de seu alunado ele notará que mesmo apresentando lentidão para desenvolver o seu entendimento, pode ser promovido, pois quando ele está inserido em um grupo em que há uma interação social que possibilite a construção do conhecimento, este aluno acaba avançando em sua aprendizagem, onde o professor avalia de forma consciente, pontuando os fatores que fizeram com que progredissem de forma qualitativa.

Diante dos problemas educativos, acabamos vendo nossos alunos saírem da escola com um conhecimento curricular um tanto que fragmentado, pois algumas áreas desses componentes curriculares são mais exploradas que outras. Neste modo Batalloso explicita que:

Em toda ação educativa, aparecem sempre efeitos não-desejados e objetivos não-previstos: quando nossos alunos saem de nossas escolas com um título debaixo do braço, não apenas superam os exames e adquiriram conceitos, mas também levam toda uma bagagem curricular não-explícita que lhes servirá para sobreviver no sistema educacional. (BATALLOSO, 1995, p. 48)

Todavia, estes alunos constroem uma identidade diferenciada, pois por levarem um conhecimento desfavorável para a sua vida, acabam não alcançando o objetivo esperado.

Há uma outra concepção que seria alternativa para a tentativa de minimizar os problemas causados pela avaliação em qualquer série, e, principalmente, na educação infantil que é definido pelos autores Kaufman, Castedo, Teruggi & Molinari (1998, p. 181) da seguinte maneira “uma concepção alternativa aspiraria a entender o que consegue a criança quando não consegue o que está estipulado”.

Os autores tentam alertar os professores para os objetivos que são determinados para a criança na educação infantil e que sua melhor prática pedagógica de avaliação seria o diálogo, como diz os autores citados acima que “o diálogo é um fator crucial na aprendizagem”. Além disso, traz o resultado de uma pesquisa com algumas formas de como trabalhar a escrita convencional, compartilhada por adultos, dos lugares que freqüenta e de estarem inseridos na própria escola, que é vista como principal ambiente, onde os alunos podem construir esta escrita e leitura convencional.

A construção do saber da criança é feita pela mediação do professor para que a criança obtenha uma evolução em sua aprendizagem. Mas vale destacar que se o professor avaliar a criança de forma negativa irá prejudicá-la, fazendo com que a mesma possa ter dificuldades em sua aprendizagem e de desenvolver suas habilidades. Neste sentido, Batalloso apud Pérez (1995, p. 49) afirma que “Quando o fracasso acadêmico se transforma em fracasso pessoal, precisamente no momento em que nossos jovens estão construindo sua identidade, os efeitos em sua personalidade podem ser muito duradouros.” E ainda acrescenta:

Não podemos esquecer que uma das características dos processos de avaliação é a individualização das causas do aluno. Quando um aluno é avaliado negativamente, a explicação rotineira consiste em atribuir as causas dos resultados exclusivamente ao indivíduo mediante traços negativos: ‘o aluno não estuda...’, ‘o aluno não colabora...’, ‘o aluno não se interessa...’, o aluno não está pronto...’, etc. (BATALLOSO, 1995, P.49)

Kaufman, Castedo, Teruggi & Molinari (1998) destacam que é fundamental a partir das particularidades das atividades implementadas, relacionando-as com os momentos e com as experiências que as crianças vão atravessando, ou seja, a partir de onde o aluno está, observando-o, ampliando e oferecendo um ambiente de sala de aula, que desafie este aluno para questionar seus próprios conceitos. Vale a pena ressaltar que as crianças já questionam suas próprias atitudes, tendo a curiosidade de decifrar o que para elas são enigmas. Acreditamos que é assim que deve ser pautada a avaliação nos primeiros anos da educação infantil. Entretanto, o aspecto emocional da criança é um fator crucial para o seu desenvolvimento, perpassando por todos os trâmites de ampliação do seu conhecimento como o cultural, social, psicomotor e o intelectual. Desta forma, a criança passa a atribuir valores, compreendendo a sua capacidade emocional, controlando-a gradativamente. Todavia, a expressão da linguagem é imprescindível para a aprendizagem do aluno, favorecendo um bom aperfeiçoamento em sua comunicação.

Com base neste fundamento, é notório que a criança quando começa a avançar em sua aprendizagem, passa a ter segurança em si mesma e participa com mais frequência na construção do seu saber. Porém é necessário que ocorra uma atenção individualizada, pois como sabemos a avaliação não pode ser realizada com todas as crianças durante as aulas, devido à quantidade de alunos, mas é preciso que o professor escolha períodos e atividades para que possa observar e fazer anotações sobre o desenvolvimento destas crianças. Isto pode ser feito em grupos, pois a escolha do grupo é feita para facilitar as anotações do professor e para que não compare uma criança com a outra, e sim, veja se realmente os seus propósitos e objetivos foram alcançados e se precisa rever seu planejamento e fornecer um atendimento individual, respeitando a diversidade cultural e social da criança de educação infantil. Esse atendimento individual deve ser dado de acordo com as diretrizes do currículo da educação que tem como base a formação integral da criança. As autoras, Thiessen e Beal (1998), discutem que a avaliação na educação infantil tem que ser realizada de forma individualizada sem fazer comparação entre as crianças. E o professor deve respeitar esta individualidade, informando para o aluno as suas conquistas cognitivas e pessoais de forma gradativa e processual em todas as áreas do conhecimento.

Para estes objetivos serem alcançados, a prática pedagógica necessita permear-se na ética do professor, pela responsabilidade e pelo compromisso. Não estamos dizendo que o professor seja o único responsável pelo processo avaliativo, porém é o mediador dessa ação pedagógica e, principalmente, na educação infantil, considerada como ciclo base do desenvolvimento infantil.

Diante disso, os PCN preconizam que a avaliação orienta o fazer pedagógico do professor. Sendo assim:

A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e sobre a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo o grupo. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1996, p.59)

Portanto, é perceptível que, quando o professor passa a analisar a forma como está avaliando o seu aluno, ele compreende melhor a dinâmica e o seu processo avaliativo para possibilitar um reajuste adequado a sua prática em sala de aula.

A criança demonstra os seus avanços na vivência em grupos, convivendo com as diferenças sociais na adaptação no próprio espaço escolar e nos comportamentos exigidos pela sociedade, ou seja, não se faz só o que deseja, é preciso seguir regras e normas estipuladas por outras pessoas, para melhorar o seu convívio com outras crianças e até com os professores. Com base neste pressuposto, a educação infantil é estruturada por elementos que perpassam pelo conhecimento de mundo, organização da escola e as regras realizadas na rotina com os alunos, fazendo com que o educador possa refletir sobre a sua prática avaliativa, notando se está de acordo com os parâmetros curriculares e avaliativos da educação infantil. Hoffmann (1999, p. 23) diante destes parâmetros analisa que “a ação avaliativa abrange justamente a compreensão do processo de cognição. Porque o que interessa fundamentalmente ao educador é dinamizar oportunidades de o aluno refletir sobre o mundo e de conduzi-lo à construção de um maior número de verdades.” Na medida em que o educador fomente o processo de construção do saber da criança, faz com que transforme em um ser crítico, reflexivo e participativo no campo em que estão inseridos.

Conforme as nossas análises, notamos que o ato avaliativo tem sido seguido de acordo com os RCN e da LDB 9394/96, dando orientações e mostrando as leis dentro destes parâmetros educacionais.

1. **AS CONTRIBUIÇÕES DA LDB 9394/96 E DOS RCN NA AVALIAÇÃO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

As políticas educacionais podem ser compreendidas como as metas e objetivos determinados pelo sistema educacional, para serem desenvolvidas e alcançadas nas etapas educacionais estabelecidas pelos RCN que enfatizam a observação e o registro do desenvolvimento da criança como um dos principais elementos avaliativo, no qual o professor necessita re-planejar suas aulas de maneira que favoreça o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, perpassando pela seqüência didática contextualizada, rotina e organização do espaço. Apesar disso, os RCN propõe as estruturas do currículo, incluindo movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática. Enquanto, a LDB 9394/96 retrata as leis estabelecidas pelas políticas educacionais e os direitos dados pela Constituição do Brasil de 1988 do atendimento das creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos, reforçadas pela ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) visando garantir o atendimento integral do seu desenvolvimento.

Além da Constituição Brasileira de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a educação infantil foi sancionada na LDB em 20 de dezembro de 1996, sendo uma evolução para o âmbito da educação infantil no Brasil. Um fator de grande relevância que estabelecido na nova LDB estando no:

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Nesta perspectiva, damos ênfase ao desenvolvimento da criança que é o aspecto essencial para obter a aprendizagem adequada e de relevância, advindo com o trabalho da família, dos educadores e da comunidade, com esta coletividade o aluno avançará a sua aprendizagem mostrando o seu potencial educacional. Além disso, a LDB 9394/96 retrata que o professor da educação infantil tem que acompanhar as atividades aplicadas e registrar o progresso da criança, sem premia-la. Partindo desta ótica, a avaliação se dá como uma orientadora da aprendizagem e serve para aprimorar a ação educativa, observar o acompanhamento e os registros referentes ao avanço da criança.

Entretanto, os RCN são de grande valia para o professor, pois definem a finalidade, conteúdos e orientações didáticas para os mesmos que trabalham com a educação infantil, ressaltando a importância de cada um. Apesar disso, é um suporte para o docente, orientando como trabalhar em sala qualificando a educação infantil e a prática do professor, mas vale salientar que não é um elemento para resolver todas as dificuldades existentes na educação, porém nos auxiliam e motiva-nos a refletir as políticas educacionais implantadas pelo sistema educacional e o atendimento oferecido pelo espaço físico da escola verificando se está adequado ou não para receber estas crianças, onde caberá aos gestores e professores analisarem se estão de acordo aos documentos disponíveis para atendimento a estas crianças. O Referencial Curricular apresenta medidas que regulamentam as demandas e adequação destes espaços para um atendimento adequado, promovendo assim uma avaliação significativa e de qualidade processual e com coleta de dados e observações, pois o desenvolvimento das atividades com as crianças e a necessidade de ter disponíveis mecanismos que auxilie neste aspecto se faz preciso e indispensável para o trabalho do educador.

Tudo isso pode ser confirmado com base na seguinte informação:

Para que se tenha condições reais de avaliar se uma criança está ou não desenvolvendo [...], faz-se necessário refletir sobre o ambiente da instituição do trabalho ali desenvolvido: ele é suficientemente desafiador? Será que as crianças não fica muito tempo sentada, sem oportunidades de exercitas outras posturas? As atividades oferecidas propiciam situações de interação? (REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL, 1998, p. 40)

Depois de analisado todos estes elementos torna-se fundamental o investimento nestes espaços escolares e na formação dos professores para que estejam cientes dos avanços a este respeito e os coloquem em prática para uma educação de qualidade que atenda a demanda social.

Nesta perspectiva, consideramos os RCN e a LDB 9394/96 documentos orientadores da avaliação para analisar se a criança está tendo avanços na sua aprendizagem e como o docente avalia o aluno no âmbito da educação infantil, pois, hoje ainda encontramos professores avaliando de forma inadequada, fazendo com que a criança não evolua dentro de sua aprendizagem. A criança da educação infantil não pode ficar sentada na cadeira e copiar os conteúdos para que os professores julguem adequados ou não ao aprendizado, “não permitindo” que participe deste processo, fazendo com que a mesma tenha um conhecimento fragmentado, prejudicando todos os seus aspectos (mental, emocional, social, intelectual, cultural).

A avaliação na educação infantil deve ocorrer segundo os RCN e os objetivos da LDB 9394/96, a partir dos registros do desenvolvimento da criança, através do portfólio, apresentações orais e da observação do professor durante o período das aulas, onde o mesmo fará anotações para planejar suas ações, metas e objetivos que pretende alcançar no decorrer do ano letivo. É importante valorizar sempre a participação das crianças com o intuito de garantir um dos principais objetivos da LDB 9394/96 que é o desenvolvimento integral da criança que está em seu artigo 29, sendo prioridade a participação e valorização das crianças nas aulas como destacam os RCN:

É importante informar sempre as crianças acerca de suas competências. Desde pequenas, a valorização de seu esforço e comentários a respeito de como estão construindo e se apropriando desse conhecimento são atitudes que as encorajam e situam com relação à própria aprendizagem. É sempre bom lembrar que seu empenho e suas conquistas devem ser valorizadas em função de seus progressos e do próprio esforço, evitando colocá-las em situação de comparação. (REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL, 1998, p.40)

É bom enfatizar que para obter uma avaliação com avanços é preciso que se avalie o desempenho como um todo, ressaltando que não deve deixar de lado o nível de aprendizagem do educando. Apesar disso, é notório que para por em prática o processo de avaliação na escola é necessário que a faça processualmente e este é que deveria ser o modelo de um avanço para a avaliação na educação infantil. Frisando que ainda existe uma precariedade para ter o progresso esperado, pois tanto nas escolas públicas quanto nas particulares o excesso de crianças por turma e materiais insatisfatórios acaba fazendo com que o professor não consiga realizar com êxito o seu processo avaliativo de aprendizagem.

Fazer questionamento sobre o referido tema é uma premissa básica, portanto tentamos compreender nestes parâmetros educacionais, como avaliarmos na educação infantil de forma que faça-nos sentirmos realizados e confiantes do resultado alcançado.

1. **AFINAL, COMO AVALIAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL?**

A prática avaliativa é um ato complexo e reflexivo da educação e tem que ser realizado com consciência e com sabedoria, pois, caso o docente avalie de forma inadequada a criança poderá prejudicá-la futuramente, pois a avaliação, como já afirmamos anteriormente, envolve todas as áreas do desenvolvimento da criança,em que ela precisa evidenciar o seu saber através do ato de pensar e de agir.Por isso, faz-se necessário que o professor aplique tarefas em sala e para casa, além de planejar a sua rotina, pois assim a criança passa a sentir-se mais segura e autônoma para relacionar-se com os adultos e com outras crianças. O professor precisa fazer uma auto-avaliação do seu trabalho em sala de aula, possibilitando que a criança intervenha nas aulas, além de respeitar o saber advindo das idéias surgidas dessa mesma criança para propiciar o seu avanço cognitivo e emocional. Partindo deste teor, o professor adota medidas de planejamento processual. Com base nesta premissa, podemos afirmar que segundo Zabalza

Trata-se, além disso, de superar a idéia de que não basta ter boa vontade, um pouco de intuição e capacidade para improvisar experiências e jogos. Todas essas coisas são competências inestimáveis de todo bom educador(a) infantil. Mas será preciso também ter a capacidade de planejar e avaliar os processos e a forma como cada uma das crianças vai progredindo no seu desenvolvimento global. (ZABALZA, 1998, p. 54)

Neste sentido, o professor precisa saber planejar e avaliar para assim ter uma visão global da aprendizagem do aluno, em que observar o que foi aplicado na sala de aula, se ela obteve avanços dentro e fora do ambiente escolar. Com isso, o docente pode fazer as mudanças e/ou complementos em sua prática pedagógica e avaliativa. Ressaltando que há duas modalidades avaliativas imprescindíveis que são: o acompanhamento grupal e o individual, onde o aluno demonstrará o seu modo de agir e de se comportar na turma e nas atividades propostas.

Com a intervenção do educador, a criança avança em seu conhecimento, possibilitando a sua construção, refletindo sobre a concepção avaliativa que está sendo aplicada ao avaliar a criança, sem se sentir pressionada pelos pais, irmãos ou responsáveis pelo aluno. Pensando por este viés, o ato de avaliar realizado pelos pais, professores e a escola procura limitar as possibilidades de ensino e da aprendizagem do alunado, do progresso e das mudanças de comportamento das crianças em Hoffman (1993, p.18) afirma:

A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento passo a passo do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento.

Contudo, a avaliação na educação infantil é contextualizada informalmente, onde o educador terá que ter diálogos com os pais e/ou responsável, informando-os sobre a aprendizagem dos seus filhos dentro da escola. A participação dos pais é indispensável, pois a aprendizagem do aluno tem que ser contínua. Os pais devem participar da construção do saber de seus filhos, pois enriquecem a aprendizagem dos mesmos, envolvendo-os em uma experiência de suma importância para a sua vida social, cultural e profissional.

Sendo assim, Zabalza (1998) salienta a importância do perfil do professor da pré-escola e do ambiente que receberá os alunos, pois ambos precisam ter clareza e objetivos bem definidos na progressão das suas atividades e experiências pedagógicas, trazendo a construção do conhecimento advinda da educação informal, tornando-se imprescindível para a relação com o meio em que vivem.

Enquanto, as autoras Thiessen e Beal (1998) frisam que a direção escolar, a família e os educadores precisam de algo que lhes dêem informação do estágio de aprendizagem em que o educando está e para isso faz-se necessário decidir mecanismos que lhes ofereça tais informações, por isso segundo a autora é preciso que ocorra uma avaliação informal, que pode ser realizada através de observação, do diário, do relatório e das fichas de observação com relatos sucintos, precisos e que tragam pontos essenciais para o professor se auto-avaliar. As fichas de observação têm, portanto dois grandes objetivos: “ajudar o educador a conhecer bem cada uma de suas crianças, para que possa planejar melhor as atividades e subsidiar sua própria auto-avaliação.”

Luckesi (ano, p.73) afirma que estes documentos são considerados como “instrumentos de avaliação”, e ainda acrescenta que não é apenas isso, mas sim o local onde se possam elencar pontos relevantes para a avaliação através da coleta de dados, qualificação de dados e tomada de decisão. Em síntese, o educador quando analisa o seu aluno através dos trabalhos grupais, ele nota apenas o comportamento externo, mas não consegue reparar o que se passa por um ou mais aluno. Percebemos a suma importância da coleta de dados para ampliar os conhecimentos analíticos do avaliador.

A coleta de dados são os dados que o professor utiliza para avaliar o seu alunado que podem ser as perguntas abertas e fechadas, tarefas e apresentações públicas. É uma junção de instrumentos avaliativos que propiciam uma aprendizagem relevante e coerente com cada nível de desenvolvimento, para não praticar nos exames de qualificação. Precisamos entender que a avaliação é possibilitar o professor fazer seus diagnósticos e exames, e não quando ele classifica o aluno pelo número de acertos das atividades propostas, segundo o conteúdo abordado.

Ao iniciar um novo ciclo escolar, é preciso que haja uma reunião entre corpo docente e a família ou responsável do aluno para discutir o modo de avaliação e ao final do semestre informá-lo como foi o desenvolvimento da criança naquele período, pois os pais têm que estar informados sobre os métodos avaliativos e a partir daí poder auxiliá-los no seu aprendizado.

Thiessen e Beal (1998, p. 196) dizem com muita propriedade que “dependendo do preparo do educador, a auto-avaliação das crianças poderá ser de grande importância para a sua formação como pessoas criadoras, críticas e cooperativistas”.

Zabalza (1998) reflete a importância da prática pedagógica e destaca dez pontos dos quais o professor da educação infantil precisa executar e estar sempre atento para avaliar sua prática e as práticas dos alunos. Não é uma receita, pois na educação e, principalmente na sala de aula, não existem um único método, existe cuidados que se deve observar e zelar enquanto profissional e principalmente na educação infantil, pois “A emoção age, principalmente, no nível de segurança das crianças, que é a plataforma sobre a qual se constroem todos os desenvolvimentos. Ligado a segurança está o prazer, o sentir-se bem, o ser capaz de assumir os riscos e enfrentar os desafios da autonomia, poder assumir gradativamente o principio de realidade, acertar as relações sociais, etc.” (ZABALZA, 1998, p. 51)

Neste intuito, as autoras Thiessen e Beal (1998) sinalizam outras formas de avaliação, mas restrita para crianças de 5 a 6 anos, que é a auto-avaliação de si próprio, sugerindo uma tabela para que o aluno durante um determinado tempo observe sua participação nas atividades propostas em sala de aula, o porquê de participar poucas vezes de uma atividade e por que participa varias vezes. Onde o educador será mediador neste processo podendo ainda diante desta proposta trabalhar as questões dos símbolos em nossa sociedade e sua importância, pois o aluno marcará suas diferentes atividades realizadas através de símbolos diversos. Dessa forma, a escola está trabalhando de forma que esses alunos sejam autônomos, críticos e participativos dos processos de planejamento e avaliação de suas próprias atitudes. Neste sentido é a prática do professor que possibilitará o desenvolvimento de todos esses pontos elencados pela autora.

Kaufman, Castedo, Teruggi & Molinari, apontam os controles sistemáticos feitos por pesquisadores pelas análises realizadas na sala de aula, onde através de entrevistas, utilizavam a “pesquisa exploratória criada por Emília Ferreiro”, sendo a escrita de palavras e orações, nome próprio e interpretação de textos, utilizados para avaliar a criança. Sendo assim, a mesma ao iniciar a sua leitura e escrita pelo modo convencional, o docente aplicava ditados de textos pequenos para que o mesmo escrevesse e lesse. A partir daí o professor analisava o processo da mesma através da oralidade e se estava compreendendo o texto.

Nessa modalidade de avaliação, os autores ainda notaram que poderiam fazer comparações das crianças que atingiam o modelo convencional com as que ainda estavam com o modelo de ensino tradicional. No ano vindouro, com o término dos grupos de controle repararam que com o sucesso almejado podiam focar no desenvolvimento dentro da sala de aula, alavancando a aprendizagem dos alunos com o modelo novo que estava sendo exposto nesta escola, obtendo resultados melhores ou iguais com o que era feito no modelo anterior.

Os autores Kaufman, Castedo, Teruggi & Molinari (1998) dizem que devemos considerar dois aspectos relevantes para se avaliar: avanço interno é para ver o progresso da criança através da escrita, sendo um estímulo para escrever e fazer as interpretações de textos a partir dos textos lidos pela mediação do professor e assim prognosticar este avanço que é feito individualmente, mesmo que não alcance o nível de aprendizagem dos seus colegas. O segundo aspecto é conceituado como possibilidade de interatuar com seus pares, é onde procura promover alunos que apresentam lentidão em sua aprendizagem, mas isso ocorre se no grupo que a criança está inserida existem colegas que tem um desenvolvimento avançado, pois poderá trocar informações com a mesma para compreenderem melhor os temas estudados.

A avaliação na educação infantil causa certo desconforto e preocupação aos educadores, por não existir regras, métodos que defina esta avaliação, onde apenas aparecem alguns conceitos que devem ser alcançados nesta fase, que é o principal e mais complexo, o desenvolvimento integral de cada criança. Pode ser um prêmio para a criança quando a mesma consegue atingir o que está exposto no currículo ou por meio de uma punição, caso não consiga o que é almejado.

Neste teor, alguns professores ainda consideram a avaliação satisfatória quando é aplicada provas, para rever os conceitos dos alunos, além de confundir avaliação com exame, tentando traduzir o que foi revisto na aula em um produto escrito.

Avaliação é uma ação que se dá em qualquer momento de nossas vidas, onde podemos orientar e compreender o indivíduo através de suas ações, podendo andar no passado com perspectivas para o futuro. A avaliação se dá por meios de fatos e ações analisadas pelo docente onde é perceptível o resultado do processo avaliativo sendo apontado de forma contextualizada. Neste parâmetro, observamos que a avaliação educacional tem vários modelos para serem exibidos e o mais comum é a avaliação educacional no qual procura examinar o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno onde o mesmo demonstra as suas habilidades. Além disso, os cursos e as modalidades de ensino propiciam um momento de conhecimento e de descobertas no âmbito da educação infantil.

Belloni conceitua de forma bem clara sobre a avaliação educacional:

A avaliação educacional concentra-se na avaliação de situações de aprendizagem, isto é, quando um indivíduo ou grupo são submetidos a processos ou situações com vistas à aquisição de novo conhecimento, habilidade ou atitude; refere-se, assim, a análise de desempenho de indivíduos ou grupos, seja após uma situação de aprendizagem ou, regularmente, no exercício de uma atividade, em geral, profissional. (BELLONI, 2007, p. 16)

O educador muitas vezes sente dificuldades de propor atividades significativas ou quando aplica fica se perguntando como sistematizar isto em forma de avaliação onde não apenas meça a capacidade do aluno, mas realmente ajude-o a avançar no seu aprendizado.

A avaliação tem que favorecer a percepção do educador e o replanejamento da sua prática em sala de aula. Kaufman, Casteda, Teruggi e Molinari (1998) concordam com as autoras Thiessen e Beal (1998) no que diz respeito no processo de replanejamento das atividades para avanço das crianças na educação infantil, comparando a criança apenas com ela mesma, lembrando que o educador deve sem dúvida alguma refletir sua prática, ou seja, as atividades propostas em sala de aula e sua relação afetiva com os educandos, que por sua vez é de extrema importância nesta fase, tanto para o desenvolvimento afetivo, social como também cognitivo da mesma.

A prática do professor da educação infantil fundamenta-se na organização do espaço que deve ser estimulador, na linguagem usada, podendo ela ser artística, gesticulada e principalmente na fala. Pois para Zabalza, Kaufman, Castedo, Teruggi e Mollinari, Thissen e Beal (1998) destacam como peças fundamentais da educação infantil e por isso o professor deve planejar suas atividades com base no desenvolvimento deste ponto – a fala – levando em conta sempre os aspectos emocionais e também cognitivos.

Com base neste fundamento Vasconcellos apud Nóvoa (ano, p. 95-96) propala que:

Durante muito tempo a inovação educacional oscilou entre o nível macro do sistema e o nível micro da sala de aula. (...) Hoje, parece evidente que é justamente no contexto da organização escolar que as inovações educacionais podem implantar-se e desenvolver-se. Num certo sentido, não se trata tanto de inovar, mas criar condições organizacionais para que a inovação aconteça, para que as experiências pedagógicas não sejam sistematicamente destruídas com argumentos burocráticos, para que os profissionais do ensino se sintam motivados e gratificados por participarem em dinâmicas de mudança. (VASCONCELOS apud Nóvoa, ano, p. 95-96)

Diante desta citação, notamos que a organização escolar é necessária para a transformação e inovação, fazendo com que o docente sinta-se valorizados e fazer com satisfação o seu trabalho dentro da educação infantil. Dentro desta perspectiva é que esta transformação deve ser praticada coletivamente renovando idéias para a organização, rotinas, regras, entre outros, buscando a prática do desenvolvimento da criança, no qual se faz a diferença, pois assim a mesma elevará o seu potencial e aproveitamento escolar.

Partindo destas concepções torna-se essencial que o corpo docente da escola reflita as políticas implementadas para a educação infantil, motivando os professores a realizar a sua formação continuada e promovendo discussões sobre as políticas dos documentos oficiais que norteiam sua práxis, na tentativa de cumprir os objetivos estabelecidos por estes documentos que são os RCN, a LDB 9394/96 e a construção do projeto político pedagógico da escola, no qual os teóricos discutem sobre as problemáticas encontradas no âmbito educacional para a realização da avaliação na educação infantil.

1. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do desenvolvimento do artigo considerando a avaliação global na educação infantil, vimos que a funcionalidade que a avaliação tem tanto para o professor quanto para o aluno é auxiliar um bom resultado na aprendizagem das crianças e na prática do professor, pois o mesmo possui elementos que podem ser construtivos ou não, para isso, o ato de avaliar tem que ser uma ação recíproca, onde a participação dos pais/responsáveis, corpo da escola e o próprio aluno são de suma importância na tomada de decisões da maneira que estas crianças serão avaliadas, tendo em vista que a participação do aluno se dá dentro do ambiente da sala de aula, no qual as crianças percebam quais os objetivos dos professores e possam corresponder as expectativas esperados pelos mesmos.

Levando em consideração, que a prática pedagógica e avaliativa tem que ser refletida e revista pelos educadores como assim embasam os teóricos que fomentam o nosso trabalho, apontando valores essenciais para a transformação de uma avaliação democrática. Portanto, o docente quando reflete sobre o ato avaliativo que o mesmo aplica dentro da sala de aula, podemos notar que os elementos que o compõem fazem a maior diferença na análise dos resultados obtidos as crianças. Neste intuito, constatamos que a avaliação é tida como forma sistemática, informal e contínua, conforme as políticas educacionais e os teóricos. Além disso, ela reorienta o educador na sua prática avaliativa, sendo um avanço para a ação educativa.

Vale frisar que os registros feitos processualmente no decorrer das aulas, têm grande teor para o resultado final de cada criança, mostrando o desenvolvimento e habilidades das mesmas e observando o grau de aprendizagem que cada um evoluiu. Deixando a criança acompanhar suas próprias conquistas e onde a mesma está com dificuldades, o professor verificará que a aprendizagem do aluno passa a apontar possibilidades de superação das dificuldades encontradas no longo do ciclo escolar.

Contudo, a avaliação na educação infantil tem que ser feita através das observações e acompanhamento da criança em todas as atividades aplicadas, visando obter os objetivos propostos a partir da mudança de comportamento do aluno e do professor. Com os elementos que fazem parte da avaliação, a qual apresentam uma visão global durante o processo educativo.

Diante das investigações que praticamos sobre a avaliação, notamos a essência da coleta de dados, a qual é uma fonte que demonstra todos os aspectos da criança, sendo de grande valia para perceber como anda o avanço de cada uma. E para isso, é preciso, fazer as anotações na ficha individual do aluno, no final de cada bimestre, onde é impressa através de relatórios informando o desenvolvimento de cada criança no decorrer das aulas e informar aos familiares e responsáveis onde as mesmas continuam com dificuldades ou avançaram.

A formação do profissional especializado na área da educação infantil é essencial, pois é preciso atualizar os seus conceitos sobre a avaliação. Mas, apesar dos grandes avanços, o professor tem que ter novas linhas de pesquisa podendo tirar suas conclusões do ato avaliativo, podendo aplicar o seu conhecimento de acordo com as técnicas aprimoradas na avaliação. Portanto, a formação do professor se dá de forma contínua e com isso, passar a fazer uma auto-avaliação, repassando as práticas com um modelo mais inovador, motivando os alunos para a ação avaliativa e com isso se transforma em um profissional mais valorizado em sua área. Além disso, a escola é um elemento importante para o incentivo da formação continuada do professor, pois sabemos que a direção é a mais interessada neste parâmetro, por motivo de querer manter os alunos na escola. Então, procuram através de cursos, congressos, palestras e de professores capacitados e especializados na sua área de formação.

Neste modo, é perceptível que o professor procure meios de informação sobre o ato de avaliar, procurando obter resultado qualitativo e satisfatório para o desenvolvimento da criança. Correndo atrás de cursos que favoreçam a prática do profissional da área da educação infantil farão com que o mesmo progrida no seu trabalho alavancando as experiências obtidas no âmbito da avaliação, mostrando suas habilidades e o seu modo de avaliar de acordo com os parâmetros existentes no Referencial e na LDB 9394/96.

Notamos através deste artigo que os teóricos enfatizam a importância da organização escolar, um meio em que o educador pode transformar coletivamente o espaço no qual as crianças irão fazer parte. Apesar disso, terá que ser feito levantamentos sobre os dados, referente aos alunos e ser repassados para os pais e/ou responsável para identificar o grau de aprendizagem dos seus filhos.

**REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BATALLOSO, Juan Miguel. **É Possível uma Avaliação Democrática? Ou sobre a Necessidade de Avaliar Educativamente.** 1995

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista** / Jussara Hoffman. Porto Alegre: Mediação, 1991.

KAUFMAN, CASTEDO, TERUGGI & MOLINARI. **Alfabetização de Crianças: construção e intercâmbio: experiências pedagógicas na educação infantil e no ensino fundamental.** 7ª ed. 1998

REBELO, Ângela. **A Educação Infantil na Nova LDB**. Disponível em: <http://pedagogia.tripod.com/infantil/novaldb.htm>. acessado em: 09 de janeiro de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Vol. 3. Brasília: MEC/SEF, 1998

SANTOS, Samuel de Souza. **A Avaliação na Educação Infantil: passo a passo.** 2008. Disponível em: <http://www.artigos.com/artigos/humanas/educacao/a-avaliacao-na-educacao-infantil-passo-a-passo-4842/artigo/>, acessado no dia 19 de dezembro de 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação da Aprendizagem – Práticas de Mudanças**. São Paulo: Libertad.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em Educação Infantil.** Trad. Beatriz Affonso. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

**HOFFMANN, Jussara** Maria Lerch. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 1993.